

## UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CONTEXTUALISTA DE ANTONIA BARKE

Patricia Ketzer<sup>1</sup>

Em seu artigo “Epistemic Contextualism” (2004), Antonia Barke aponta as principais características que uma teoria contextualista tem que prover e com base nelas formula a sua teoria, na qual define *contexto* através de projetos epistêmicos. Sua proposta de contextualismo pretende centrar-se em critérios epistemologicamente apropriados e racionais, aprofunda o contextualismo enquanto abordagem epistêmica na medida em que estabelece um critério racional dentro dos diferentes contextos. O presente trabalho tem por objetivo apresentar o *contextualismo epistêmico* formulado por Barke, analisar como ele supera as versões anteriores, as quais critica, e apontar algumas questões que a teoria deixa em aberto.

Antonia Barke (2004) parte das formulações do contextualismo de padrões e da abordagem de alternativas relevantes para formular o que caracteriza como contextualismo epistêmico. Em seu artigo *Epistemic Contextualism* (2004) ela analisa e compara o contextualismo de padrões e o contextualismo de alternativas relevantes, apresenta suas críticas a estes, e nesta perspectiva, elabora sua teoria.

Para Barke, há duas questões imprescindíveis, as quais um contextualista deve dar conta. São elas: “(1) Ele precisa fornecer uma explicação plausível do que constitui um contexto. (2) Ele tem que oferecer uma explicação das dinâmicas de mudança de contexto. Quando os contextos mudam e o que induz a mudança?” (BARKE, 2004, p. 353). Partindo disto, ela apresenta as respostas fornecidas pelo contextualismo de padrões e pela abordagem de alternativas relevantes e demonstra suas deficiências. Em seguida, busca fornecer suas respostas definindo ‘contexto’ de forma epistêmica, pois segundo ela é nisto que seus predecessores deixam a desejar.

Primeiramente, Barke (2004) apresenta o conceito de contexto em ambas as teorias que se propõe a analisar. Na abordagem das alternativas relevantes o contexto é constituído pela inclusão ou exclusão de alternativas, segundo sua relevância ou irrelevância; no contextualismo de padrões o que constitui o contexto são os padrões que nele operam.

---

<sup>1</sup> Aluna da PUCRS.

O contextualismo de padrões oferece uma solução simples para o ceticismo. Defende que sabemos a maior parte das coisas que pensamos saber em contextos comuns, na vida diária, entretanto, quando uma possibilidade cética é mencionada os padrões contextuais se elevam, modificando o contexto, de forma que não podemos conhecer nada. Em contextos ordinários e com baixos padrões é possível conhecer, já em contextos céticos com padrões elevados não, isto porque as afirmações de conhecimento são intrinsecamente contextualistas (BARKE, 2004). Elas variam de contexto para contexto, de forma que em alguns estão justificadas e em outros não.

Uma possibilidade cética é capaz de aumentar os padrões do contexto apenas por ser mencionada. E frente a objeções céticas nós não conhecemos, visto que não temos sequer como afirmar que estamos acordados e não sonhando. Nestes contextos, o ceticismo é irrefutável, e nos resta aceitá-lo, mas quando os padrões normais são restituídos nós recuperamos nosso conhecimento cotidiano.

Pode-se tomar as duas teorias como equivalentes, comparando baixos padrões a contextos em que há poucas alternativas relevantes, e altos padrões a contextos em que uma série de alternativas são relevantes e devem ser descartadas, mas isto é uma análise superficial, as abordagens não são equivalentes. O contextualismo de padrões pressupõe um eixo de padrões, que pode variar conforme a situação, é este eixo que define se estamos de posse de conhecimento, podemos identificá-lo ou não. Já a abordagem de alternativas relevantes “tende a focar mais no conteúdo das afirmações de conhecimento e nos modos nos quais o mundo poderia ter sido diferente. As alternativas relevantes delimitam o campo das coisas que são seriamente consideradas como rivais para as afirmações de conhecimento sobre consideração” (BARKE, 2004, p. 355). E assim, para estarmos de posse de conhecimento temos que ser capazes de descartar as alternativas relevantes naquele contexto.

Barke (2004) centra sua crítica no contextualismo conversacional. O contextualismo conversacional foi formulado com o intuito de apresentar uma solução para o ceticismo que não desencadeasse no abandono do princípio de fechamento epistêmico, como a que foi proposta por Dretske, e que desse conta de explicar porque os argumentos céticos são tão persuasivos. “A principal afirmação do contextualismo conversacional é que a sentença ‘S sabe que P (em *t*)’ pode ser verdadeira em um contexto conversacional e falsa em outro – para o mesmo sujeito S e a mesma proposição *p* (e o mesmo tempo *t*)” (BRENDDEL; JÄGER, 2004, p. 147).

Para o contextualismo conversacional os contextos são regulados por características conversacionais. Contextos são constituídos por conversações entre pessoas, e as mudanças de contexto se dão quando um dos envolvidos levanta alguma alternativa relevante, é o contexto do falante que determina se ‘S sabe que p’, por exemplo, supondo que Camila queira saber se o diretor da empresa estará lá na quarta à tarde. João afirma que sim, ‘Eu sei que o presidente estará na empresa na quarta à tarde, pois semana passada falei com ele neste horário’. Se Camila precisar resolver algo que pode ficar para mais tarde, ela atribuirá conhecimento a João, entretanto, no caso de ela precisar que o presidente assine documentos impreterivelmente na quarta à tarde ela poderá negar que João sabe, levantando a alternativa de que talvez ele apenas tenha passado pela empresa na quarta da semana passada, mas não costuma vir neste horário.

Ao levantar qualquer possibilidade em uma conversação ela torna-se relevante, deste modo, o contexto muda pelo simples fato de chamarmos a atenção para alguma proposição. Como no clássico exemplo de Dretske, ao mencionar a possibilidade de que aqueles animais não são mulas pintadas, a possibilidade de que eles são se torna relevante. Através disso o contexto mudou e agora inclui esta possibilidade. A mudança de contexto então requer uma nova avaliação do que é e do que não é conhecimento (BARKE, 2004, p. 356). Para o contextualismo conversacional mesmo em casos que a negação de uma possibilidade é levantada, só por ser mencionada ela já se torna relevante.

Barke (2004) ressalta uma série de problemas oriundos desta concepção de contextualismo conversacional. Um deles é que ela não consegue explicar como se dá a dinâmica de mudança de contexto em reflexões solitárias. Quando uma pessoa, pensando sozinha acerca de algo levanta possibilidades, esta pessoa pode inserir alternativas relevantes ao contexto, de modo que se coloca a questão de se ela sabe o que diz saber, entretanto, para o contextualismo conversacional o contexto não muda, pois não há conversação.

Ainda, Barke questiona a assimetria presente em contextos conversacionais. Podemos aumentar os padrões só por mencionar uma possibilidade, mas não podemos diminuí-los novamente, esse problema só ocorre em conversações sobre conhecimento, em outras os níveis iniciais podem ser retomados quando trazemos para a conversação as afirmações que lhe deram origem. Entretanto, apesar de não podermos retomar os padrões baixos em conversações sobre conhecimento após mencionada uma possibilidade, depois de um tempo eles retornam aos níveis originais (BARKE, 2004).

A questão é: como isto ocorre? Diante destas lacunas deixadas pelo contextualismo conversacional, a autora vai defender sua tese de que as mudanças de contextos relativos ao conhecimento não são conversacionais, mas epistêmicas.

Além disso, pode-se ainda questionar como definir quais alternativas são relevantes e quais não são em contextos conversacionais. David Lewis (1996) formula seis regras que tem por objetivo responder a esta questão, a saber, a regra da realidade, a regra da crença, a regra da semelhança, a regra da confiabilidade, a regra do método e a regra da atenção. A teoria de Lewis é um contextualismo conversacional, regulado por regras que se combinam para determinar quais anuladores possíveis devem ser considerados e quais podem ser ignorados (de forma apropriada), determinando assim o contexto.

A ‘regra de atenção’, afirma que uma possibilidade só pode ser ignorada se não foi mencionada e não recebeu atenção, no momento em que a atenção é voltada para ela, não pode mais ser ignorada (LEWIS, 1996). Mas esta regra torna o conhecimento inviável, pois para qualquer pressuposição que possamos mencionar haverá possibilidades que podem ser levantadas, e que segundo a regra não podem ser ignoradas.

A regra de atenção concede espaço ao ceticismo, pois quando nos permitimos certos devaneios, uma infinidade de possibilidades não eliminadas permeia o contexto e inviabiliza o conhecimento, visto que depois de mencionadas elas não podem ser ignoradas. Em decorrência disto, após serem mencionadas, mesmo as possibilidades mais descabidas terão de ser consideradas, elas só poderão ser desconsideradas se todos passarem a ignorá-las novamente. Lewis sugere que em certos casos a conversação deve cessar e ser reiniciada em outro momento, com o intuito de desconsiderar algumas alternativas. Barke (2004, p. 358) não admite isso:

Certamente, isto não pode ser correto. Nós poderíamos apenas discutir a questão e então concordar que ela é um erro. Pelo menos, se nós pensamos que ela pode, em absoluto, ser uma rota para o conhecimento ao ignorar a possibilidade em questão, porque nós deveríamos ser forçados a concordar silenciosamente e proceder sem mencionar a pressuposição novamente?

Para Barke (2004) as pressuposições que mencionamos devem ser analisadas epistêmica e racionalmente, avaliando quais alternativas são relevantes e quais são irrelevantes para o contexto. Segundo a autora (2004, p. 359) o contextualismo conversacional confunde parâmetros psicológicos e epistemológicos, pois se aceitarmos

a regra de atenção “a admissibilidade epistêmica é diretamente dependente do que contingentemente entra em nossas mentes”. Barke (2004, p. 359) ainda considera que o que acessamos de forma contingente e psicológica deve ser independente do que é apropriado em um sentido epistemológico:

Regras conversacionais são o tipo errado de regras para governar as mudanças de contexto em que nós estamos interessados, porque regras conversacionais podem somente mostrar o que é *conversacionalmente apropriado*, mas não o que é *epistemicamente adequado ou racional*. Eu considero que estes argumentos mostram que o modelo conversacional de mudanças de contexto não é capaz de fornecer um núcleo epistemicamente convincente de contextualismo.

Diante disto, Barke (2004) apresenta sua proposta de contextualismo, que se centra no epistemologicamente apropriado e racional. Ela aprofunda o contextualismo enquanto abordagem epistêmica na medida em que estabelece um critério racional dentro dos diferentes contextos. Para tal coloca quatro critérios básicos dos quais sua abordagem deve dar conta, são eles: apresentar um mecanismo epistêmico por natureza, do qual derive dinâmicas de mudanças de contexto epistemicamente inteligíveis; dar conta do problema que atinge o contextualismo conversacional acerca da facilidade em aumentar os padrões, mas dificuldade em diminuí-los; explicar o sentimento de circularidade presente no caso da zebra; e por fim, dar conta da objeção de que as abordagens contextualistas minam o conhecimento dedutivo.

O conhecimento dedutivo é impossibilitado, pois ao mencionar nossa dedução o contexto pode mudar, assim, a abordagem deve fornecer um critério epistêmico que diferencia casos em que a dedução leva ao conhecimento de casos nos quais não o faz (BARKE, 2004).

Frente a estas questões Barke propõe uma abordagem do contextualismo priorizando a discussão dos projetos epistêmicos. Os seres humanos possuem um sistema de crenças, este sistema é composto por crenças sobre uma série de coisas. Villoro (1982) afirma que temos dois tipos de crenças: as crenças reais e as crenças professadas. As crenças reais são crenças inconscientes, nós não as proferimos, mas elas estão na base de muitas de nossas ações; já as crenças professadas são aquelas conscientemente defendidas por nós. Ambas compõem nosso sistema de crenças.

A relação entre as crenças é, além de outras coisas, lógica e epistemológica, elas se relacionam de forma complexa, e em decorrência disso muitas vezes não

compreendemos com clareza nosso sistema de crenças. Este sistema é incompleto e pode sempre ser ampliado, há várias coisas sobre as quais não temos crenças, mas podemos vir a ter. A incompletude de nosso sistema pode nos suscitar questões, muitas vezes nos sentimos estimulados a obter crenças acerca de algo, para assim preencher uma das lacunas do sistema. Certamente, nem todas as lacunas suscitam questões e há várias coisas acerca das quais não temos crenças e nem estamos interessados em obtê-las (BARKE, 2004).

Barke (2004) entende que questões são cruciais ao nosso empenho epistemológico, pois geram e estruturam perguntas. A existência de uma questão gera naquele que crê a motivação para respondê-la, para buscar respostas formula-se uma pergunta que expresse a questão. Esta pergunta vai ser respondida através de um método. Segundo Barke, as perguntas são dependentes de duas formas de nosso sistema de crenças: são geradas por questões, que surgem das lacunas de nossas crenças, e o método para respondê-las é formulado com base em crenças que já possuímos.

Barke (2004) salienta a relevância do conceito de método para sua teoria. Segundo ela, métodos são procedimentos utilizados para realização de determinados objetivos, um bom método deve conduzir aos objetivos prescritos na maior parte das vezes, para isto determinadas condições iniciais e limites devem ser preenchidas. Por exemplo, se o objetivo é preparar um café, um bom método é aquecer a água e derrubá-la sobre o pó de café. Para isto funcionar é preciso que a água esteja em temperatura adequada, esta é a condição para que seu procedimento seja bem sucedido. Métodos epistêmicos são um subconjunto de nossos métodos, que servem a objetivos epistêmicos.

Nossa vida é repleta de projetos, dentre os quais muitos deles são projetos epistêmicos. Podemos ter projetos epistêmicos dos quais damos conta em poucos segundos, e outros que levam uma vida toda e podem ficar inacabados, além disto, os projetos epistêmicos podem ser individuais ou coletivos, comuns e mundanos e em contrapartida complexos e sofisticados. Eles são constituídos de uma série de perguntas individuais, quanto mais longos e complexos, maior número de perguntas o constitui (BARKE, 2004). Um exemplo de um projeto curto, mundano e individual pode ser o empreendimento de uma pessoa para descobrir se há arroz suficiente para o jantar. Projetos longos, complexos e coletivos ficam bem exemplificados através de empreendimentos científicos, como descobrir a cura para o Mal de Alzheimer.

Quando formulamos um método para responder a uma pergunta temos que supor que uma série de condições está preenchida, esta suposição não precisa, necessariamente, ser consciente. Muitas vezes assumimos métodos e tomamos como preenchidas certas condições sem sequer nos darmos conta, isto acontece em projetos epistêmicos menores. Em alguns casos, como em projetos científicos, é preciso investigar se as condições iniciais e limite estão preenchidas, mas nestes casos a pergunta que buscamos responder é outra, a saber, se as condições estão preenchidas e isto exigirá outros métodos e outras suposições, bem como, que outras condições estejam preenchidas, condições estas, relativas à nova pergunta.

Barke (2004) utiliza o seguinte exemplo: A pergunta que se visa responder é ‘qual a temperatura da água da banheira?’. O método mais eficaz para respondê-la é mergulhar um termômetro na água. Para isto deve-se supor que o termômetro esteja funcionando corretamente. Se resolver-se testar o funcionamento do termômetro dar-se-á origem a uma nova pergunta, sua pergunta passa a ser: ‘o termômetro está funcionando corretamente?’, e o método mais apropriado é comparar o seu a um termômetro padrão, mergulhando ambos na mesma água. Isto requer que outras condições estejam preenchidas, que o termômetro padrão funcione corretamente, por exemplo, o que pode ser descoberto mergulhando-o em uma água a qual já se sabe a temperatura. Barke (2004, p. 363) conclui:

Isso é um ponto importante porque mostra que muitos eventos físicos iguais (e muitas leis físicas iguais etc.), neste exemplo emergir o termômetro na água e ler a temperatura, pode ser parte de diferentes métodos, dependendo de seu estado em nosso projeto, o que é dito na questão perguntada e na suposição feita. A interpretação da leitura da medida não é interpretada por qualquer coisa intrínseca a ela, mas pelo estado que ela tem dentro do limite da pergunta e das suposições.

A autora salienta que não somente as condições limites e iniciais têm que estar, de fato, preenchidas, para que o método funcione, mas também a pessoa tem que supor que elas estão preenchidas, para poder utilizar os resultados oriundos do procedimento, pois, este só será legítimo se atender as condições necessárias. Há determinadas suposições que devem ser assumidas em toda investigação. Nas palavras de Barke (2004, p. 364) são elas:

Em cada pergunta tenho que supor que...

(A) A escolha do método M é um método adequado para a investigação de p.  
Em particular, de modo a ser um método para descobrir se A ou B, ele tem

que ser sensível em consideração a A e B, ele tem que discriminar entre eles. Isso compreende intuições de DeRose (1995) e Goldman (1976).

(B) O método M tem que ser aplicado corretamente. Isto é, não se deve cometer nenhum erro na aplicação, nenhum problema com instrumentos, nem órgãos sensoriais etc. Eles estão todos (anulavelmente) assumidos como trabalhando em ordem.

(C) Os requerimentos por parte do mundo estão preenchidos para o método M ser aplicável. As leis naturais estão estáveis, etc.

Barke (2004) salienta que as suposições tem que ser feitas do geral para o particular. Há suposições muito gerais, que são relevantes na aplicação de qualquer método, como a existência do mundo externo, a existência de leis que o regem, a estabilidade destas leis, que garantem a viabilidade do método; e outras bem específicas, relativas ao método em particular, que são definidas caso a caso. A eficácia de um método depende de vários fatores, alguns epistêmicos e outros pragmáticos.

São fatores epistêmicos questões como: se o método escolhido é adequado para a questão que se quer responder, por exemplo, se queremos saber a temperatura da água, medir seu pH não é um bom método. Ou se o método utilizado considera a questão, de forma a auxiliar na distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes. Supondo que S deseja saber se alguém está com febre, em geral, mede sua temperatura com um termômetro caseiro, mas se S é uma médica, e a febre é oriunda de outras complicações, exames minuciosos são necessários. Fatores pragmáticos determinam se o método é adequado para responder aquela questão, no sentido de avaliar se ele chega aos resultados desejados. Se S deseja saber a temperatura da água para seu banho, medi-la com um termômetro caseiro é adequado, entretanto se a água for usada para um experimento científico, e sua temperatura for decisiva para o sucesso deste, aparelhos mais precisos são necessários. Pode-se ainda salientar que o método deve ser mais rigoroso quando utilizado por um especialista do que por uma pessoa leiga no assunto. Para a tia de S é suficiente afirmar que ela está com febre, mas de um médico espera-se que ele apresente os motivos pelos quais S está com febre.

Uma série de suposições são levantadas frente a uma questão, admitindo-se que uma delas seja objetada, é preciso responder a esta objeção. Barke apresenta três modos de fazê-lo: pode-se argumentar pela plausibilidade da suposição, mas apenas se não há evidências contra ela; pode-se escolher outro método para investigar a questão, que não leve em conta a suposição questionada; ou pode-se investigar se a suposição consegue enfrentar a objeção. Se ela é capaz de refutar a objeção, a pergunta inicial permanece, se ela não for capaz, outro método faz-se necessário.

Frank Hofmann (2004) direciona ao contextualismo epistêmico de Barke a crítica de que ele é internalista e se baseia no conceito de suposições para defender esta posição. Teorias externalistas dispensam a exigência de que a pessoa que crê tenha que ter acesso às razões para crer, e dispensam inclusive que aquele que crê tenha que saber, ou acreditar, que sabe. Mas, na teoria de Barke, a pessoa tem que fazer uma suposição de modo a dar início a um projeto epistêmico. Ora, para fazer uma suposição é preciso ter conscientes uma série de crenças, e ser capaz de acessá-las, isso caracterizaria, segundo Hoffman, um internalismo epistêmico.

Barke (2004) defende que os mecanismos de mudanças de contexto se dão através das características das perguntas. O contexto é definido pelas perguntas e pelas suposições que elas geram; as mudanças de contexto são mudanças nas perguntas e suposições, deste modo são epistêmicas e ocorrem dentro do contexto.

Grandes projetos epistêmicos são constituídos de projetos menores. Projetos epistêmicos podem possuir (e geralmente possuem) mais de uma pergunta, entretanto as suposições geradas por elas não podem ser incompatíveis entre si, pois isto inviabilizaria a resposta que buscamos para a questão que rege o projeto. É necessário avaliar o método e escolhe-lo cuidadosamente, pois pode ser difícil encontrar métodos coerentes para a realização do projeto completo, quando unidas todas as perguntas. Há ainda a possibilidade de realizar o projeto por partes, dividindo-o em etapas, e utilizando um método para cada pergunta, podem-se combinar duas perguntas em uma pergunta mais ampla, desde que suas suposições sejam compatíveis entre si (BARKE, 2004).

Barke (2004) defende que não há limites para a manutenção de um contexto, e desta forma não há limites para quão grande um projeto epistêmico pode tornar-se. O contexto só se altera quando as suposições admitidas são questionadas, do contrário ele permanece estável, esta permanência possibilita a integração de nosso conhecimento em contextos amplos (BARKE, 2004). O contextualismo conversacional não é capaz de dar conta disto, pois toda vez que uma alternativa é mencionada deve ser considerada, o que altera o contexto, assim, as mudanças de contextos tornam-se muito banais, e contextos amplos não são viáveis.

Já no contextualismo proposto por Barke, o contexto se altera quando alguma das suposições, assumidas a partir da pergunta, é questionada. Quando isto acontece é necessário suspender a pergunta até que se resolva se a suposição é verdadeira ou legítima. Barke propõe uma forma de resistir a mudanças de contexto, a saber,

demonstrando que nossas suposições são legítimas, pode-se fazer isto mostrando que as objeções a ela são irrelevantes, ou apelando a determinadas suposições padrão. Apenas através da legitimação da suposição é possível conservar o contexto, se não for possível legitimá-la, o contexto se altera (BARKE, 2004).

Frente a isto, Barke oferece dois caminhos: ou se admite que a suposição falhou e se busca outro método, ou se investiga a suposição. Se admitirmos que a suposição falhou e mudarmos o método, conservamos a questão original, mas temos de formular outra pergunta para responder a questão; se, por outro lado, resolvermos investigar a suposição, alteramos a questão, e uma nova pergunta é necessária para investigá-la, de qualquer modo, o contexto muda (BARKE, 2004).

Hofmann (2004) aborda que as alternativas de manutenção de contexto oferecidas por Barke não são viáveis, e não dão conta do problema presente no contextualismo conversacional, a saber, a facilidade de aumentar as normas e dificuldade de diminuí-las. Hofmann coloca como exemplo de uma suposição a ser defendida as percepções sensíveis. Elas são fontes básicas de aquisição de conhecimento, mas frequentemente atacadas por serem falíveis, e os filósofos não conseguem refutar esta objeção. As sugestões de Barke para manter uma suposição são muito difíceis de serem alcançadas, ela sugere que para manter uma suposição temos que mostrar que ela é legítima, mas os filósofos, apesar da importância da suposição de que percepções sensíveis são fontes de conhecimento, não tem conseguido fornecer razões adequadas para mantê-la. Se não há maneira de mostrar que a suposição é legítima, Barke afirma que temos que abandoná-la, mas os filósofos não estão dispostos a abandonar esta suposição, diante disso, a única alternativa a que se pode recorrer é a que o contextualismo conversacional oferece, ou seja, esquecer ou ignorar a objeção.

Mas como podemos simplesmente esquecer ou ignorar as objeções céticas? Barke afirma que seu contextualismo epistêmico oferece uma alternativa a este problema, contudo segundo Hofmann ela não dá um passo sequer adiante do que o contextualismo conversacional já propunha e a solução de ambos não consiste em uma solução considerável para o problema.

Barke afirma que há uma circularidade incômoda presente no caso da zebra, segundo ela há algo de circular em deduzir 'isso não são mulas pintadas' de 'isso são zebras' se assume que 'isso não são mulas pintadas' para estar justificado na crença de que 'isso são zebras'. Ela apresenta esta circularidade, adaptando o exemplo a sua teoria e apresenta uma solução.

No caso da zebra a pergunta que se visa responder é ‘que animais são aqueles no cercado?’. Assume-se que o método para respondê-la é ler a placa em frente ao cercado e olhar as zebras, e para isto se supõe condições de luminosidade normal, bem como um zoológico com espécies genuínas. Isto é suficiente para responder a questão enquanto nenhuma suposição é questionada. O método ‘olhar os animais’ é adequado se assumida a suposição de que estes não são mulas pintadas. “Usar o método adequado gera uma garantia de que p. Em virtude desta garantia nós sabemos que p, contanto que as condições que nós assumimos estarem preenchidas são *de fato* preenchidas” (BARKE, 2004, p. 368).

Se passarmos a nos interessar pela questão ‘os animais não são mulas pintadas’, não podemos concluir isto do fato de que são zebras, a não ser que tenhamos chegado a ‘isto são zebras’ considerando a suposição de que não são mulas pintadas, o que acarreta em circularidade. Segundo Barke, o sentimento de que o caso da zebra é circular, aumenta pelo fato de que não se chegou a ‘isto são zebras’ contando com a suposição de que não são mulas pintadas. Se a conclusão de que são zebras tivesse sido adquirida por meios mais rigorosos e precisos, como um teste genético, que requer outras suposições, não haveria problema em deduzir que não são mulas pintadas do fato de que são zebras (BARKE, 2004).

Barke diferencia ainda entre ‘saber que’ e ‘estar racionalmente comprometido com’. Pode-se estar racionalmente comprometido com o fato de que os animais não são mulas pintadas, o que não significa que se sabe isto, contudo, Barke considera que devemos ser comprometidos com nossas suposições tanto quanto somos com as coisas que investigamos através delas. Isto é, estar tão comprometido com ‘isto não são mulas pintadas’ quanto estamos com ‘isto são zebras’ (BARKE, 2004).

Para Hofmann (2004) esta circularidade viciosa que Barke aponta é oriunda de sua concepção internalista. Em concepções internalistas, deduzir q de p quando se assume q para estar justificado a crer p, é considerado logicamente circular. Isto não constitui um problema para externalistas, visto que não é necessário estar justificado a crer q, basta que q seja verdadeiro, ou seja, não é necessário crer que ‘isto não são mulas pintadas’ para estar justificado a crer que são zebras. Basta que, realmente, não sejam mulas pintadas. Trata-se de uma circularidade epistêmica, que é admitida em teorias externalistas. “Nós temos que ser cuidadosos sobre que tipo de circularidade está envolvida, e circularidade epistêmica abre a possibilidade de justificação ou garantia

para o externalista epistêmico em certos casos interessantes em que o internalista é condenado à circularidade lógica viciosa” (HOFMANN, 2004, p. 236).

O contextualismo epistêmico propõe uma solução a outro problema derivado do contextualismo conversacional, a saber, o fato de que os padrões não podem ser diminuídos conversacionalmente com a mesma facilidade com que são aumentados. E da mesma forma, não é possível resistir à elevação das normas, a não ser por mecanismos epistemológicos como esquecimento, ou desviar o assunto da possibilidade mencionada. No contextualismo epistêmico a assimetria se apresenta no fato de que se pode questionar uma suposição facilmente, mas não é fácil responder a este questionamento, além disto, não se pode simplesmente esquecer o questionamento, dado que o método depende das suposições (BARKE, 2004).

No contextualismo epistêmico a mudança de contexto ocorre quando uma suposição é questionada, estes questionamentos não podem ser ignorados. O contexto só permanece estável se, após analisados os questionamentos, a suposição é avaliada e considerada plausível, de acordo com as outras crenças. Neste caso, os padrões podem diminuir, retornando ao contexto original, mas não se trata de uma simples reversão, as suposições só são restabelecidas após uma avaliação das objeções feitas a ela. No caso de a suposição não conseguir manter-se frente às objeções, não se pode simplesmente ignorá-la ou mudar de assunto, como sugere o contextualismo conversacional, pois isto não restaurará a suposição e nem permitirá alcançar uma resposta epistêmica aceitável para a pergunta de nosso projeto epistêmico (BARKE, 2004).

O contextualismo epistêmico também oferece uma alternativa ao problema do conhecimento dedutivo, decorrente das abordagens contextualistas, esta solução não é conversacional, mas epistêmica. Considera-se a inferência dedutiva “conectada a estrutura de nossos projetos epistêmicos e não puramente uma relação lógica” (BARKE, 2004, p.371). Dedução pode ser considerada uma forma de aquisição de conhecimento desde que a proposição deduzida não seja uma suposição da investigação, que dará origem a justificção de p. Barke (2004, p. 371) aponta:

Por esta razão a inferência de ‘isto são zebras’ para ‘isto não são mulas pintadas’ através de uma inferência válida, gera conhecimento somente se nós chegarmos a ‘isto são zebras’ de modo que não confiemos em ‘isto não são mulas pintadas’ ou ‘isto é um zoológico que exhibe espécies genuínas’. A inferência não gera conhecimento em casos nos quais nós temos que fazer uma destas suposições e chegar a ‘isto são zebras’ por meio de aparências.

Assim, Barke apresenta sua abordagem e dá conta das quatro características que, segundo ela, uma teoria contextualista deve abarcar. Em sua teoria as mudanças de contexto são epistemicamente motivadas, pois ocorrem no interior dos projetos epistêmicos, o sentimento de circularidade, bem como, o aumento e diminuição de padrões é explicado e apresenta-se um critério para distinguir quando a dedução gera conhecimento de quando não o faz. Dedução pode gerar conhecimento, exceto em casos nos quais as proposições deduzidas são tomadas como suposições para responder a pergunta do projeto epistêmico e, assim justificar premissas (BARKE, 2004).

Hofmann (2004) questiona que a proposta de Barke constitua um novo tipo de contextualismo, colocando-o como muito similar a abordagem conversacional, o contextualismo epistêmico não só não dá conta das objeções que levanta ao contextualismo conversacional, mas acaba por apresentar os mesmos problemas. Ele afirma que levantar uma suposição é contingente, portanto, é algo não explicado e não motivado, e sendo assim, as mudanças de contexto são também contingentes, e não epistemicamente motivadas, como afirma Barke.

Para Hofmann (2004) o problema inerente a ambas as teorias, o contextualismo conversacional e o epistêmico, é que elas concebem conhecimento como uma estrutura dialética, e o conhecimento é, para ele, uma estrutura mais simples e robusta, além disso, o autor questiona que propostas contextualistas possam oferecer uma realização real em prol de alcançar conhecimento e o contextualismo não oferece o suporte necessário para o fenômeno robusto que o conhecimento é. O que o contextualismo nos oferece é uma análise de se determinadas condições estão suficientemente preenchidas para que se possa atribuir conhecimento. Não importa o que S sabe ou diz sobre estas condições para conhecer, o que importa é que estas condições estejam, de fato, preenchidas, a visão humana acerca destas condições pode variar, tal como o contextualismo afirma, mas as condições que fazem do conhecimento o fenômeno robusto que ele é são invariáveis.

Em última instância, o que Hofmann (2004) defende é a visão da tradição, de que o conhecimento é universal e as condições para conhecer são fixas. Ele apresenta, mesmo que implicitamente, a perspectiva epistemológica tão conhecida e defendida que concebe conhecimento como construído sobre bases firmes, seguras e inquestionáveis, e que desconsidera que conhecimento é construído por seres humanos, influenciados pelo ambiente em que se encontram, e fixados no tempo e no espaço.